



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 02/2013

ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **sete dias** do mês de **fevereiro** do ano **dois mil e treze**, pelas vinte horas e dez minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 2ª Sessão Extraordinária de 2013, no Pavilhão Multiusos, sito em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, António José Real da Fonseca e Tânia Beleza, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DAS ORDEM DO DIA-----

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS-----

PONTO 2 – DECLARAÇÕES DE VOTO NO ÂMBITO DO PONTO 1 DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS -----

PONTO 3 – DENÚNCIA DO ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXISTENTE COM OS SMAS DO MUNICÍPIO DE LOURES, INCLUINDO O RELATIVO À GESTÃO E RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi dada posse ao cidadão **Vítor Pinheiro** como membro deste órgão deliberativo, pela bancada do **PSD**.-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Duarte**, pelo Membro **Aftab Tayob**.-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Gabriel Dias**, pelo Membro **Vítor Pinheiro**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **Adventino Amaro**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e pelos Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado a ausência do Senhor Vereador, Hernâni Carvalho, como Independente. -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, apresentou um **voto de protesto** que seguidamente se transcreve:-----

"É um protesto que é tão simplesmente este, a Câmara Municipal de Odivelas, pelos vistos não tem qualquer problema em violar as normas que estão estabelecidas relativamente aquilo que são as atribuições e as funções das unidades orgânicas e dos funcionários públicos e pelos vistos até aceita, que em regime, suponho pelas suas palavras, de voluntariado, que trabalhadores estejam aqui fora das suas competências e atribuições, a desempenhar funções que não lhe estão atribuídas. Portanto, em regime de voluntariado, primeira violação, segunda violação, fora das competências e das funções que desempenham de acordo com o mapa de pessoal e da unidade orgânica que integram. É um protesto que



Assembleia Municipal de Odivelas

queremos que fique registado em ata e deste protesto iremos obviamente elaborar requerimento para a Câmara Municipal, porque esta questão tem que ser esclarecida, em que condições, de facto, a Câmara Municipal se permite a si própria fazer aquilo que está a fazer. "-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, que seguidamente se transcreve: -----

"Quem está aqui a falar, não é o Deputado José Falcão, é um monte de merda, que foram segundo as palavras do Líder de Bancada do PSD, na reunião da Comissão Permanente há dois dias, monte de merda, eu sou um monte de merda. Esta afirmação só demonstra uma coisa, os arruaceiros não eram os que queriam entrar há dois dias na Assembleia Municipal, para poder participar democraticamente na própria reunião, o arruaceiro já estava dentro e ninguém o tirou lá para fora. Além disso, tenho que saudar a atitude de haver dignidade para que todas as pessoas possam assistir a esta Assembleia, isto é de facto uma conquista que as pessoas conseguiram há dois dias, mas também é uma conquista que a Câmara percebeu que tinha que aceder, portanto estamos todos de parabéns, que esta Assembleia pode ter as centenas de pessoas que queriam assistir."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, apresentou uma intervenção em defesa da honra, face à intervenção do membro José Falcão, que seguidamente se transcreve:-----

*"Pedi a palavra para defesa da honra em virtude da intervenção do deputado José Falcão, que trás para esta assembleia algo que se disse em conferência de líderes, com o intuito óbvio de provocar. É evidente que não vou embarcar nesse estilo arruaceiro utilizado pelo senhor deputado. -----
Uma segunda questão que foi colocada pela CDU através da sua líder de bancada, tem a ver com a escolha do local onde se está a realizar esta assembleia, ou seja no Pavilhão Multiusos. Acho estranho que isso aconteça, pois foi a mesma CDU, que em conferência de líderes solicitou o uso de um espaço maior e nessa mesma reunião foi consensualizado o uso do Pavilhão para esse efeito. -----
Tudo isto é um pouco estranho mas já estamos a ver como é que irá decorrer a assembleia".*-----

José Falcão, pela bancada do **BE**-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, -----

Pela bancada do **BE**, foram apresentados os seguintes documentos: **Voto de Repúdio**, sobre **"Nomeação de Franquelim Alves como Secretário de Estado do Empreendedorismo"**, (documento 1) bem como o **Voto de Condenação "Pelas sucessivas declarações de Fernando Ulrich"** (documento



Assembleia Municipal de Odivelas

2) que seguidamente se transcrevem:-----

Documento nº 1 - Voto de Repúdio, sobre "Nomeação de Franquelim Alves como Secretário de Estado do Empreendedorismo": -----

"O Governo decidiu recentemente fazer uma reformulação governamental, substituindo alguns secretários de Estado. O nome escolhido para assumir a Secretaria de Estado do Empreendedorismo foi o de Franquelim Alves, o qual já anteriormente havia sido Secretário de Estado de Durão Barroso e membro de três administrações da Sociedade Lusa de Negócios (uma das quais a de Oliveira e Costa).-----

Na Comissão de Inquérito sobre o BPN, o então gestor admitiu, questionado pelos deputados do Bloco de Esquerda e do CDS-PP (um dos partidos que hoje sustenta o governo), que teve conhecimento de irregularidades praticadas no grupo e, simultaneamente, reconheceu que não as comunicou ao Banco de Portugal. De acordo com o n.º 1 do artigo 302 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, relativo "a idoneidade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, apenas podem "fazer parte dos órgãos (...) pessoas cuja idoneidade e disponibilidade deem garantias de gestão sã e prudente (...)" . Por outro Lado, o exercício de funções no âmbito público, nomeadamente ao nível do Governo, não são compatíveis com suspeitas de negócios poucos claros em instituições financeiras privadas. -----

Franquelim Alves não cumpriu as suas obrigações legais e, por omissão de informação as entidades competentes, coloca-se como cúmplice do assalto ao BPN. A indignação que preencheu o país com esta nomeação, é tanto mais justa quanto nublado é o esquema montado pelo aparelho do PSD em torno do BPN. -----

Posto isto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 5 de Fevereiro de 2013, delibera: -----

- 1. Condenar a nomeação de Franquelim Alves para o XVIII Governo Constitucional, considerando que esta representa mais uma mancha na credibilidade de um governo descredibilizado perante o país; -----*
- 2. Propor ao primeiro-ministro e ao Ministro da Economia, tendo ambos reconhecido a responsabilidade pela escolha de Franquelim Alves, que demitam o Secretário de Estado; -----*
- 3. Enviar este voto de repúdio ao Governo da República Portuguesa, aos partidos representados na Assembleia da República, ao Presidente da República e aos órgãos de informação nacionais e regionais."*

Documento nº 2 - Voto de Condenação "Pelas sucessivas declarações de Fernando Ulrich": -----

Tendo em conta que:-----

- 1. Fernando Ulrich é presidente de um banco que em 2012, ano da maior recessão económica das últimas décadas em Portugal, registou lucros significativos, acima dos 250 milhões de euros;-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

2. *Cerca de dois terços desses lucros astronómicos foram feitos à custa do investimento em dívida pública portuguesa, ou seja, o crescimento dos lucros do banco deu origem a um aumento equivalente da dívida pública portuguesa;*-----
3. *Antes desta privatização dos lucros, o Estado teve de injetar largas centenas de milhares de euros para recapitalizar o banco do Ulrich;*-----
4. *Fernando Ulrich tem repetidamente proferido declarações públicas de cariz provocatório para com todos aqueles e aquelas que vivem única e exclusivamente com parte do resultado do seu esforço diário e que, mesmo assim, ainda têm que libertar, do seu rendimento mensal, muitos euros para salvar banqueiros como o senhor Ulrich. Se o seu amigo Cavaco dificilmente consegue viver com 10.000,00 euros, é natural que os 60.000,00 euros, que diz que recebe mensalmente o coloquem à beira da indigência. Por isso não é de admirar que Cavaco Silva, ainda recentemente o tenha vindo ajudar, nomeando para consultora Isabel Ulrich, antes funcionária do PSD;*-----
5. *As suas ligações familiares ao poder vigente nas últimas quatro décadas em Portugal, em particular ao Partido Social Democrata, são sobejamente conhecidas;*-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão extraordinária, em 7 de fevereiro de 2013, condena veementemente as declarações públicas de Fernando Ulrich sobre o esforço que os portugueses aguentam, para salvar o seu banco e os bancos dos seus amigos”-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, apresentou uma moção **“Pela Revogação da nova Lei do Arrendamento Urbano”**, (documento 3) que seguidamente se transcreve:-----

“Considerando que:-----

1. *A Lei do arrendamento urbano que entrou em vigor a 12 de novembro de 2012 está a colocar milhares de inquilinos numa situação inadmissível e psicologicamente em estado de choque, quer pelo processo desencadeado de alteração ao regime contratual, quer por propostas absurdas, por pane dos senhorios, quanto ao valor das rendas, e em muitos casos completamente inoportáveis para um considerável número de inquilinos, quer de habitações como de comércio ou serviços e ate para associações e coletividades;*-----
2. *Estamos perante a aplicação de uma Lei que confirma plenamente todos Os avisos, receios e recomendações avançadas quer pelas Associações de Inquilinos, quer pelas Comissões e Grupos Inquilinos e Moradores, de Associações de Coletividades e Empresariais;*-----
3. *Um elevado número de municípios do concelho de Odivelas estão a ser também confrontados com aumentos inoportáveis das suas rendas;*-----

Propõe-se que a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em sessão extraordinária em 7 de fevereiro de 2012 delibere:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

- a) Exigir a revogação da Lei 3112012 de 14 de agosto;-----
b) Solidarizar-se com todos os movimentos de luta pela revogação da Nova Lei do Arrendamento Urbano”

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos acima apresentados para discussão, tendo sido **Aprovados por Unanimidade**. -----

No âmbito da discussão usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**-----

José Falcão, pela bancada do **BE**-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

Presidente da Assembleia, **Sérgio Paiva**, -----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, apresentou um **Voto de Protesto** sobre a presença de elementos da PSP, na presente sessão, que seguidamente se transcreve:-----

“A Assembleia Municipal de Odivelas protesta que a PSP de Odivelas tenha comparecido nesta Assembleia Municipal sem ter sido requerida ou solicitada a sua presença, deve este protesto ser remetido ao Ministro da Administração Interna e ao Ministério Público para apuramento de responsabilidades. Portanto requer-se a admissão do Protesto e depois a sua discussão” -----

Pelas **20h35m**, os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **20h50m**, os trabalhos foram retomados.-----

Presidente da Assembleia, **Sérgio Paiva**, prestou esclarecimentos relativamente ao voto de protesto, que seguidamente se transcrevem:-----

“Admitir o protesto a meu pedido e eu vou explicar desde já porquê. Quando interrompemos os trabalhos, tive aqui um lembrete da parte dos funcionários da SAOM, que lembraram que eu própria e aqui pode escrever; “o Presidente errou”, não tem problema nenhum porque o Presidente também erra porque é pessoa e portanto eu confesso, já não me lembrava deste pormenor. Eu pedi a avaliação da situação PSP, não faço ideia qual é o dispositivo, essa foi uma matéria que naturalmente a PSP depois deslocou o



Assembleia Municipal de Odivelas

dispositivo que entendeu, considerando não a Assembleia Municipal e é bom que isso fique claro, porque foi esse o sentido da conversa e do requerimento ou do pedido, que se fizesse a avaliação relativamente ao aglomerado de pessoas e é isso que está em causa, não está mais nada em causa, sempre que há aglomerados de pessoas há pedidos de intervenção relativamente às questões de segurança, não vale a pena irmos muito mais longe, eu francamente acho que os agentes da PSP são trabalhadores como todos nós somos, estão aqui para garantir a segurança das pessoas, todas as pessoas, há pouco o Deputado José Falcão deu um exemplo daquilo que é a segurança das pessoas, que nada tinha a ver com estas coisas, lá fora, aliás e é lá fora que estamos, é disso que estamos a falar e portanto sob esse ponto de vista não há qualquer questão relativamente a essa matéria, portanto obviamente não aceito ou a mesa não aceita o pedido de protesto, porque está dado aqui o esclarecimento que me impunha dar, porque achei que era correto e justo que o fizesse, já o disse, portanto façam favor de continuar os trabalhos” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

Presidente da Assembleia, **Sérgio Paiva**, prestou esclarecimentos relativamente ao voto de protesto, que seguidamente se transcrevem:-----

“Eu penso que já tinha deixado claro, mas vou deixar claro mais uma vez. Relativamente à passada terça-feira a questão que se colocou tinha a ver com a capacidade da sala, a nossa dificuldade era garantir e aquilo que se esperava era um grande fluxo de pessoas e aquilo que foi solicitado foi que se tentasse limitar o número de lugares na sala. Entendemos depois e é por isso que aqui estamos hoje que todas as pessoas que queriam assistir, uma vez que a Assembleia é pública e não tinham condições para estar naquela sala e quem já esteve naquela sala sabe isso, nós entendemos trazer as pessoas para o pavilhão onde estamos agora, para que toda a gente pudesse assistir e portanto como assim foi, hoje perceberam que toda a gente entrou livremente sem qualquer tipo de problema porque hoje não havia necessidade de limitar o lugar às pessoas, porque como veem há espaço suficiente para toda a gente. Aquilo que está a acontecer hoje aqui é uma Assembleia Municipal ordeira e sem problema, aquilo que eu pedi não foi que houvesse uma intervenção, como diz a senhora deputada, foi que a PSP no contexto do dia de hoje avaliasse a necessidade de assegurar as pessoas, isto é de dar segurança às pessoas, não aquelas só que estão aqui, mas todas aquelas que estão lá fora. É isto que está em causa quando há muitas pessoas juntas, não sei quem é que está no público, não sei se as pessoas são mais ou menos ordeiras, não é isso que é importante, para mim todas as pessoas que estão no público são pessoas de bem, aquilo que está em causa é que a Polícia de Segurança Pública tem uma missão que é assegurar a segurança das pessoas de bem e portanto aquilo que todas as pessoas devem entender, que estão aqui, que são também pessoas de bem que estão a trabalhar para Polícia de Segurança Pública que está a garantir a segurança de todos os que estão aqui, uns e outros, na bancada ou aqui sentados, é isso que a Polícia



Assembleia Municipal de Odivelas

aqui está a fazer é esse o seu papel e penso que nenhum de nós discorda desse papel. Disto isto, vamos continuar os trabalhos.” -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Primeira questão, é uma pequena nota, porque a zona de conforto onde estamos foi sugerida pela Líder de Bancada da CDU. A segunda, é uma questão processual e regimental, gostava de saber neste momento quanto tempo é que tem de intervenção a CDU e o BE.” -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra, face à intervenção do membro Luís Salmonete e que seguidamente se transcreve:-----

“ A defesa da honra tem a ver com aquilo que obviamente e não podia deixar de ser, porque tem de ser sequencial, com aquilo que o senhor deputado municipal Luís Salmonete aqui disse. Ou seja, que nós estamos hoje aqui neste conforto, porque eu terei proposto que aqui fosse e de facto eu acho que o senhor já tem o tique da senhora Presidente, que é a manipulação da verdade, isso pega-se e de facto vocês são exímios, alguma coisa vos une, que é de facto a manipulação da verdade. Os senhores alegaram que criaram a situação que criaram na terça-feira passada e que era preciso então um espaço maior para ser possível as pessoas estarem presentes e de facto as pessoas não cabiam ali e se os senhores gostam de discutir á porta fechada, de facto é o vosso hábito é discutir coisas à porta fechada, aquilo que foi sugerido como espaço amplo e do conhecimento de todos, com estacionamento e com condições, era de facto o Pavilhão Multiusos e de facto nesse sentido eu propus o Pavilhão Multiusos. Aliás eu nem sei porque é que este pavilhão que se diz municipal, é o que está ali escrito, está afinal entregue a uma entidade que não é municipal e é gerido por uma entidade externa, enfim, a Câmara de Odivelas, nem para gerir isto tem competência.” -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, apresenta uma proposta no sentido de ser retirado o ponto 3 da presente ordem de trabalhos, que de seguida se transcreve:-----

“O processo de criação do concelho de Odivelas, nomeadamente a partilha dos SMAS de Loures é um processo inacabado. Processo que tem 14 anos, que tem alguma complexidade e que tem sofrido diversos constrangimentos. Ainda assim é um processo que está por concluir.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Para qualquer um dos municípios envolvidos a questão da gestão da água, do saneamento e dos resíduos sólidos é urna questão estratégica de capital importância que deve ser avaliada e rigorosamente pensada num mandato e no fim de um mandato.-----

Mantendo-se da parte da Câmara de Odivelas uma no justificada aceleração da denúncia do Protocolo com os SMAS e da entrega a privados da água, saneamento e resíduos sólidos a privados e porque julgamos serem estas áreas estratégicas cuja gesto carece, de uma análise mais profunda, propomos:-----

- 1. Que este órgão delibere propor a Câmara Municipal que considere a retirada do ponto Denúncia do Protocolo suspendendo a decisão sobre o mesmo por um período de 30 dias;*-----
- 2. Que neste prazo se encetem contactos entre as partes, sob o patrocínio dos Presidentes das Assembleias Municipais de Odivelas e Loures com o objetivo de trabalhar na construção de uma solução válida para o presente e para o futuro dos SMAS.*-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**,-----

Presidente da Assembleia, Sérgio Paiva,-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**,-----

José Falcão, pela bancada **BE**-----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**,-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**-----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**;-----

O **documento nº1**, acima mencionado, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas da **CDU**, **PS** e do **BE**, com os votos contra das bancadas do **PSD** e do **MPT**, e com as abstenções das bancadas do Independente e do **CDS/PP**.-----

Pelos membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos** e **José Falcão**, pelas bancadas da **CDU** e **BE**, respetivamente foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem -----

Lúcia Lemos: -----

“A bancada da CDU votou favoravelmente este voto de repúdio e outro não podia ser o seu sentido de voto, com efeito ainda hoje, vieram nas notícias mais novidades sobre este buraco sem fundo que é o BPN. Um buraco sem fundo, que tem a chancela do PS, do PSD e também agora do CDS/PP, viu-se bem como o deputado europeu, na altura deputado da Assembleia da República Nuno Melo se engasgou quando o jornalista lhe perguntou o que dizia sobre a nomeação deste Secretário de Estado, é um



Assembleia Municipal de Odivelas

Secretário de Estado para o empreendedorismo pois está muito bem entregue a pasta, ele bem empreendeu para esconder o buraco que era o BPN e que nós hoje todos pagamos com os nossos impostos, foi este governo que chegou ao poder sobre a égide da honestidade das viagens na TAP em económico porque ia poupar dinheiro dos contribuintes, foi este governo que nomeia um currículo todos os dias refeito na página do governo hoje até começou a trabalhar aos 16 anos, vejam só, empreendeu cedo demais para chegar tarde aos nossos bolsos, aí está ele vai empreender e nós vamos pagando todos os anos no Orçamento de Estado no buraco que o PS abriu e o PDS e o CDS estão a aprofundar. O nosso voto foi portanto favorável a este voto de repúdio.”-----

José Falcão:-----

“O Bloco de Esquerda apresentou e votou favoravelmente esta moção, porque e achamos escandaloso que um governo e um partido que fez da honestidade a sua bandeira, nas últimas eleições, apresente sistematicamente pessoas que estão inquinadas pela desconfiança, pelo compadrio, por gente que está implicada em casos de justiça e gente que evidentemente, se o Franquelim Alves é colocado aqui é por um ministros, um ministro que está habituado a passar férias com o patrão do senhor Franquelim Alves do BPN, na altura em que aconteceu o que aconteceu e que todos nós estamos a pagar hoje, o roubo de não sabemos ainda quantos milhões de euros, tirados todos os dias dos nossos bolsos são para pagar não só as férias de Miguel Relvas e Dias Loureiro, amigos do Franquelim Alves, como para pagar estes disparates completos, estes milhares de milhões, que suas excelências andaram a esconder, porque o Franquelim Alves o que foi fazer foi esconder que esteve naquele banco para esconder o buraco que já sabia que existia e que não quis dizer e é esta pessoa que tem idoneidade e é por isso também que o senhor presidente da república não recusa dar-lhe posse porque também ele estava implicado, não só mantendo o Dias Loureiro, quando toda a gente sabia o que estava a acontecer no Conselho de Estado, como também conseguindo, através de compra e venda de ações, conseguindo rapidamente converter alguns dinheiros que se calhar vocês todos e todos nós não conseguimos ganhar num mês. Portanto é por isso que o Franquelim Alves ainda se mantém, apesar de toda a gente pedir a sua demissão e de ter isto no seu currículo. É por isso que o Bloco votou a favor e ainda bem que este voto passou.”-----

O documento nº2, acima mencionado, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitado**, com os votos a favor das bancadas do **PSD** e do **CDS/PP**, com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**, e com abstenções das bancadas do **PS**, **Independente** e **MPT**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos** e **José Falcão**, pelas bancadas da **CDU** e **BE**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Lúcia Lemos: -----

"Votámos este voto de condenação e porquê? Aguenta, aguenta os sem-abrigo, aguentam, aguentam. É claro! Este senhor que aos quatro anos de idade, tendo o avô como Presidente do Banco de Portugal já aspirava ser banqueiro. Banqueiro à custa de quem? À custa do povo português que acaba por estar a pagar os juros bem mais altos, ele a comprar o dinheiro bem mais barato para nos vender. Estes senhores, há vários senhores Ulrich em Portugal, que estão a engordar na chamada zona de conforto do sistema bancário, a engordar à conta do povo português. As famílias que entregam as casas, com as hipotecas que não podem pagar, as penhoras de salários, mesmo até dos funcionários públicos, até dos polícias, quantos deles têm neste momento os ordenados penhorados pela banca para pagar os créditos? E neste momento este senhor diz; ai aguenta, aguenta, porque é que não aguenta? Se os sem-abrigo aguentam. Aguenta, aguenta! Isto quer dizer que votando este voto de condenação demonstramos o nosso repúdio também pelas declarações deste senhor Ulrich." -----

José Falcão: -----

"Mais uma vez, as mesmas ligações que foram referidas há pouco estão presentes nesta moção de repúdio de condenação das declarações do Fernando Ulrich. Fernando Ulrich que queria os desempregados a trabalhar para ele sem lhes pagar. Fernando Ulrich, que ficou muito contente com os duzentos e cinquenta e tal milhões que ganhou. Fernando Ulrich, que disse que está perto da indigência e evidentemente uma pessoa que anunciou ganhar só sessenta mil euros, está muito próximo da indigência, acho que o SMAS consegue arranjar uns cartões para lhe dar para ele pôr à porta da casa, para dormir descansado. Evidentemente que este Fernando Ulrich, continua a viver dos nossos bolsos, continua a comer dos nossos bolsos e ganhar e a divertir-se à nossa custa com as frases que tem dito. Por isso, nós dizemos, todos nós já não aguentamos, já não aguentamos e por isso que votei a favor desta moção. Nós não aguentamos mais incompetências, vejam bem esta casta de banqueiros. BCP, fraude, BPN, falência, João Rendeiro, Paulo Teixeira Pinto, Jardim Gonçalves, Ricardo Salgado que se engana três vezes na declaração de IRS, o que é que nos aconteceria a todos nós se isso nos acontecesse. Que se enganou em oito milhões e meio, tem tanto dinheiro que não sabe que não tinha aquele dinheiro. BPN, Armando Vara, Dias Loureiro. CGD, Nogueira Leite tem doze empresas onde é Membro do Conselho da Administração e por vinte mil euros foi posto a trabalhar na Administração de uma outra empresa. São estes de facto indigentes, estes pobres, estes sem-teto, que estão a gozar à



Assembleia Municipal de Odivelas

nossa custa até um dia." -----

Registou-se a **saída** do membro da Assembleia Municipal **Delfim Mota**.-----

O **documento nº3**, acima mencionado, foi colocado à votação tendo-se registado um **empate** nas votações: **11 votos a favor** das bancadas da **CDU**, do **BE** e do **Independente**, **11 votos contra** das bancadas do **PSD,CDS/PP e MPT**, e com **16 abstenções** da bancada do **PS**.-----

Registou-se a **entrada** do membro da Assembleia Municipal **Delfim Mota**.-----

Pelas **21h50m**, registou-se a **saída** dos membros das bancadas do **BE** e da **CDU**.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia, Sérgio Paiva**, proferiu uma intervenção explicando que, tendo em conta:-----

- o empate na votação;-----
- que o voto de qualidade se forma por duplicação do voto do Presidente em caso de empate;-----
- que o voto de abstenção do Presidente mesmo duplicado não permite resolver o empate; entendeu proceder a nova votação.-----

Assim o **documento nº3**, foi **Rejeitado**, com os votos contra das bancadas do **PSD, CDS/PP e MPT**, com os votos a favor do membro **Independente**, e com abstenção da bancada do **PS**.-----

Pelas **21h52m**, registou-se a **entrada** dos membros das bancadas do **BE** e da **CDU**.-----

Presidente da Assembleia, **Sérgio Paiva**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, apresentou um voto de protesto relativamente à votação documento nº3 e que seguidamente se transcreve:-----

"Primeiro, parece-me a mim que não se pode ir chamar as pessoas que não participaram na primeira votação para votarem na segunda. Segundo, eu votei este ponto. Na primeira, eu votei este ponto e vai estar na ata que houve esta votação."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, apresentou um ponto ordem relativamente à votação do documento nº3, bem como, apresentou um requerimento onde solicita a folha ata onde o Senhor Presidente utilizou o voto de qualidade, em caso de empate nas votações.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram **15 inscrições** do público, tendo intervindo os seguintes munícipes:-----

José Augusto Veloso, fez referência à privatização da Água e Resíduos Sólidos -----

Fernando Painha Ferreira, fez referência aos SMAS de Loures -----

Manuel André, fez referência aos SMAS de Loures-----

Mário Santos, fez referência ao processo de partilha dos SMAS; -----

Hermínia Gonçalves, fez referência ao processo de partilha dos SMAS; -----

Célia Barbeitos, prescindiui da sua intervenção, -----

Luís Teixeira, prescindiui da sua intervenção -----

João Miguel, fez referência ao processo de partilha dos SMAS; -----

Filipa Gonçalves, fez referência ao processo de partilha dos SMAS; -----

Cristina Torres, fez referência ao processo de partilha dos SMAS; -----

Foi chamada a intervir a munícipe **Maria Margarida Oliveira**, que não compareceu.-----

Francisco Braz, fez referência ao processo de partilha dos SMAS;-----

Luis Santos, fez referência ao processo de partilha dos SMAS;-----

João Curvelo, fez referência ao processo de partilha dos SMAS;-----

António da Costa, prescindiui da sua intervenção. -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão do Ponto integrado na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Senhor Presidente da Assembleia, solicitou ao 1º Secretário para efetuar a leitura da minuta da 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 2013, realizada no dia vinte e nove de janeiro.-----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

Fátima Amaral, pela bancada da CDU-----

José Falcão, pela bancada do BE-----

Fátima Amaral, pela bancada da CDU-----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do CDS/PP-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU-----

José Falcão, pela bancada do BE-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o documento tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, CDS/PP, MPT e Independente, com os votos contra das bancadas da CDU e BE, e com a abstenção dos membros Susana Santos, Vítor Pinheiro, Paula Tavares e Tânia Beleza, por não terem presentes estado na referida reunião. -----

Pelos membros da Assembleia Municipal, **Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes, Lúcia Lemos, Fátima Amaral, Cristina Azedo, Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, Francisco Bartolomeu, José Carlos Pires, Raquel Rodrigues, João Figueiredo, Adventino Amaro**, em nome individual, **José Falcão**, pela bancada do BE, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata -----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes:-----

"Eu votei contra esta votação porque democraticamente não funcionou como deveria ser, não tive oportunidade de fazer a minha declaração de voto, relativamente à ata, portanto considero injusto e ilegal o que foi feito." -----

Lúcia Lemos: -----

"O meu voto contra a minuta é V. Exa, não esclareceu uma coisa importante, e de facto não sei se os tribunais não terão que apreciar." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O problema será que os munícipes vão pagar caro essa apreciação, com a demora que o processo leva, provavelmente o concurso público estará já adiantado, e se calhar depois as responsabilidades serão ainda maiores. -----

Votei contra a minuta da ata porque as declarações de voto têm que constar, e V. Exa, deveria ter interrompido os trabalhos, esclarecido a questão, e então depois, eventualmente, reagendado a ordem de trabalhos. -----

As minutas, os votos vencidos têm que constar da minuta para responsabilizar quem votou contra. E se leu bem as páginas do CPA, deveria também ter lido esta, em que as declarações de voto devem constar da minuta, para desresponsabilizarem quem votou contra. -----

Eu não votei a favor da privatização da água, e demonstrei-o numa intervenção na ultima assembleia municipal, hoje voto contra a minuta da ata porque a minha declaração de voto não consta dela. E tem que constar! Eu não quero ser cúmplice da privatização da água em Odivelas. Portanto o meu voto contra deve-se a isso." -----

Fátima Amaral: -----

"Quero referir que votei contra esta minuta da ata, exatamente porque não foi cumprido, nem foi respeitado, aquilo que rigor se passou, na assembleia que foi interrompida, não foram feitas as declarações de voto, nem constam nesta minuta as mesmas. -----

Eu não assumo responsabilidade nenhuma, naquilo que são as decisões do PS e do PSD, relativamente à privatização da água e saneamento, neste concelho. -----

Essa é uma responsabilidade, e quero que fique registado em minuta, que caberá por inteiro aqueles que votaram a favor. -----

Eu enquanto comunista, enquanto membro da bancada da CDU, recuso semelhante crime, que cairá inteiramente sobre os seus autores." -----

Cristina Azedo: -----

"A privatização da água é um crime contra a humanidade, porque a privatização da água é privatizar, e não permitir acesso, e um dia oxalá nós não sejamos testemunhas disso, é não permitir o acesso ao um bem essencial à vida. -----

Os serviços públicos estão cá para isso, são eleitos para gerir e para fazer aquilo que é importante para as pessoas, e não pode deixar de ser aquilo que é essencial. -----

Eu votei contra a minuta porque não permitiram à bancada do meu partido, exercerem o direito alienável, de fazer constar da minuta da ata, e própria ata o meu voto vencido. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

E para todos os efeitos legais, declaro aqui que este é o meu voto contra, esta é minha declaração de voto, e por ela não posso nem quero ser responsabilizada!" -----

Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, Francisco Bartolomeu: -----

"Votei contra, porque considero um grave atropelo à normalidade regimental deste órgão, e não posso de maneira nenhuma concordar que este regimento, com páginas de Freitas de Amaral, ou não, esteja a mercê de mares mais ou não, cheias ou vazias de interpretação. -----

O regimento é claro quanto a esta matéria, e portanto eu tenho que me demarcar, em termos de honestidade intelectual, como é meu apanágio não posso de maneira nenhuma fazer outra coisa, senão apresentar o meu voto contra, e o meu protesto, porque de facto a legalidade ter sido, por quem tantas vezes defende, alega que fala em nome da ilegalidade democrática, perdeu uma boa oportunidade, de comprovar que é de facto democrático." -----

José Carlos Pires: -----

"Eu votei contra pela violação do ponto 3, do artº 76º, em que diz que o registo na ata de voto de vencido, isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulta da deliberação tomada. -----

Votei também contra por não concordar no assunto que Sr. Presidente disse. E lamento ter de dizer estas palavras, e recordar aqui, o meu pai foi funcionário da CARRIS, infelizmente não sou o único, e ele contava que antes do 25 abril, na palmeira da CARRIS faziam plenários, mas com polícia desfardada, com a polícia lá no meio, infelizmente estou a falar com a polícia aqui dentro, desfardada e escondida no meio das pessoas e no meio dos trabalhadores." -----

Raquel Rodrigues: -----

"Eu gostaria de ficasse registado o meu voto contra devido ao facto que a minuta não corresponde ao que na realidade se passou, e à impossibilidade que foi colocada na possibilidade de fazer uma declaração de voto." -----

João Figueiredo: -----

"Eu não estive presente na sessão de 29 janeiro, portanto à partida, o logico seria abster-me, mas perante estas situações de atropelo, não só ao regimento mas também à democracia, não poderia ter feito outra coisa, senão ter votado contra." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Adventino Amaro: -----

"É só para dizer que votei contra à minuta por todas as razões que os meus camaradas de bancada já aqui apresentaram." -----

José Falcão: -----

"O BE tinha uma proposta concreta na reunião de dia 29, foi um requerimento que impediu que essa discussão e a votação sobre aquela proposta fosse feita é por isso que eu votei contra porque essa proposta já foi lida aqui e entendemos que este problema primeiro é de uma incompetência da gestão dos SMAS conforme já saqui foi dito várias vezes e até por os dirigentes sindicais, segundo não se querem entender, mais, houve foi má vontade, porque chegou a haver reuniões marcadas com o Sr. Secretário de Estado que foi demitido, mas nunca chegaram a acontecer porque da parte da Susana Amador não havia disponibilidade agenda, não houve vontade porque para estas pessoas a humanidade não existe, porque avançando este processo são centenas de trabalhadores e suas famílias que vão para a rua, porque não foram defendidas pela Administração da Câmara Municipal de Odivelas, os trabalhadores e as trabalhadoras estão em risco de vida e mais do que o dinheiro que todos vamos ter de pagar, não há dinheiro que pague as vidas das pessoas que vão ser postas em causa com esta medida." -----

PONTO 2 – DECLARAÇÕES DE VOTO NO ÂMBITO DO PONTO 1 DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS -----

Tendo em conta que os trabalhos da 1ª Sessão Extraordinária de 2013, foram encerrados, não tendo sido possível enviar as declarações de voto relativas ao ponto 1, pelo que as mesmas foram proferidas e serão anexadas à minuta da ata da 1ª Sessão Extraordinária de 2013, realizada no dia 29 janeiro. -----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Francisco Bartolomeu, Raquel Rodrigues, em nome individual, José Falcão, pela bancada do BE. -----

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, Armindo Fernandes: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Não posso aceitar que PS e PSD no concelho de Odivelas, queiram fazer negócio com este bem público — a água — este que é um bem fundamental e imprescindível para a nossa existência. A água é uma parte importante da nossa vida, Privatizar a água e torná-la num negócio pode até ser encarado como um crime. A água é um recurso natural, finito, que deve ser gerido e administrado por entidades públicas. A água é um bem da humanidade! -----

Pelos elementos que nos foram disponibilizados, constatamos que a esmagadora maioria dos habitantes do concelho de Odivelas, se esta negociação se concretizar, irão sofrer aumentos, só no 1º ano, em mais de 3,04 euros no 2º escalão, mais de 10,74 euros no 3º escalão e mais de 19,90 no 4º escalão. Tudo isto, num momento em que os SMAS anunciam baixar os valores no recibo da água.-----

Não poderei permitir que a população da minha Freguesia, e do nosso concelho, seja ainda mais explorada com a implementação de um negócio, com contornos muito duvidosos! -----

O meu desconforto pontual, com os serviços prestados, teve sempre a ideia de um negócio, preparado pelas administrações de Loures e Odivelas Não poderei permitir que um aparente desentendimento entre Os presidentes de Loures e Odivelas possa contribuir para uma situação que, inevitavelmente, levarão ao desemprego muitos dos atuais trabalhadores dos SMAS. Por tudo isto, o meu voto só poderia ser contra."

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Francisco Bartolomeu: -----

"Deputado Municipal por inerência, resultante da minha condição de Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, VOTEI CONTRA a entrega da gestão do fornecimento de água a privado porque:-----

- Tal opção da Câmara Municipal de Odivelas revela uma inaceitável irredutibilidade que contraria o princípio que em democracia deverá sempre estar subjacente — o princípio da negociação;-----*
- Fui eleito por Ramadenses que não compreendem como foi possível esta questão não estar resolvida em 14 anos após a criação do Município de Odivelas, por 3 entidades dirigidas pelo mesmo partido, o PS;*
- Alguém se esqueceu do mandato que recebeu dos eleitos, de servir as populações que representa, acima de outros interesses;-----*
- Sendo a água um bem público, não deverá estar a mercê de lógicas do lucro que irão inflacionar o seu preço aos consumidores;-----*
- Ao atuar em contraciclo, veja-se o que se passa noutros países em que a regra é nacionalizar, a maioria PS/PSD revela total insensibilidade e teimosia, pois é comprovadamente a Única entidade que não está disponível para o entendimento com Loures, que só traria vantagens aos consumidores e prestigiaria o regime democrático; -----*
- Não é intelectualmente honesto responsabilizar os trabalhadores dos SML, mas sim as administrações que ao longo dos anos mostraram incapacidade em concretizar uma gestão responsável e eficaz; (enviar*



Assembleia Municipal de Odivelas

um veículo de 8 toneladas para um circuito de recolha de monos que habitualmente ronda as 30 toneladas, não é certamente da responsabilidade dos trabalhadores, mas sim de quem gere recursos);---

• A privatização do fornecimento da água será responsável pela perda de postos de trabalho de profissionais competentes;-----

E um crime de lesa populações prescindir da experiência que os trabalhadores dos SML adquiriram ao longo de anos e que estão agora na eminência de ficarem no desemprego em resultado de uma decisão tao precipitada e irresponsável, para mais tomada a escassos meses de novas eleições.” -----

Raquel Rodrigues: -----

“A entrega a privados através de uma concessão por 30 anos, do abastecimento de água e saneamento no território de Odivelas, é no nosso entender uma ma opção, que vai lesar os interesses dos odivelenses. -----

Um bem essencial como a água deve ser público e gerido por entidades públicas. -----

E inquestionável que Os serviços prestados pelos SMAS de Loures, quer seja no fornecimento de água, saneamento ou recolha de resíduos sólidos, tem vindo a degradar-se e que esta situação tal como estão não pode continuar. -----

Faltas de água constantes, falta de pressão, ruturas nas condutas e deficiente recolha de resíduos sólidos urbanos, são uma realidade com que a população se confronta e que se agrava ano após ano e que tem gerado insatisfação e indignação. A população paga esses serviços mas sem a contrapartida de qualidade que é exigível. E premente que seja concedido um mais adequado serviço as populações.-----

Corno se chegou a isto? Bom ao longo de mais de 10 anos o PS descapitalizou os SMAS, não efetuou os investimentos necessários, deixou degradar a níveis intoleráveis serviços que durante anos foram prestados a população com qualidade e eficiência impar e que, muito justamente foram referenciados como um bom exemplo de gestão nesta área. -----

Esta ausência de investimento na manutenção e reforço das redes, a descapitalização dos SMAS e a deterioração dos serviços, mais do que mostrarem a incompetência do PS na gestão dos SMAS, provam que visavam abrir caminho para um único intuito: privatizar os SMAS. -----

Usando como subterfúgio a incapacidade de chegar a um acordo consensual, quanto a partilha ou outra solução que passe por um modelo de gestão conjunto, preparou-se o cenário para atingir urna finalidade, o desmantelamento dos Serviços Municipalizados e entrega a entidades privadas da água e do saneamento. -----

A água e um recurso escasso, essencial a vida e que exige uma atenção muito particular e específica, não devendo ser tratada como uma qualquer mercadoria, sujeita a logica empresarial. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

A privatização da água acarreta problemas sociais e ambientais graves e a gestão pública deste sector implica uma preocupação social que as empresas não podem garantir. -----

Acreditamos que, os SMAS são economicamente viáveis, tem condições para fornecer um serviço de qualidade as populações dos dois concelhos, como se provou no passado e que a melhor solução passa por uma gestão conjunta, que potencie os recursos existentes e as economias de escala. Esta é uma solução exequível e o caso de Oeiras/Amadora, é um excelente exemplo disso. -----

O Partido Ecologista os Verdes não aceita a urgência com que este assunto de elevada importância e complexidade foi dirigido nem nos parece ser este o momento adequado para tornar esta decisão. -----

A partilha não está feita e provavelmente o concurso só poderá ser concluído no próximo mandato, questionando-nos quais as motivações que levaram a este aceleração em final de mandato. -----

O Partido Ecologista os Verdes defende uma solução conjunta que sirva as populações de Odivelas, Loures e não dispense os trabalhadores e a sua situação profissional. Decisões com esta dimensão e gravidade não podem ser tomadas de forma imprudentemente e sem assegurar a estabilidade dos postos de trabalho e os direitos destes trabalhadores, empurrando estes trabalhadores para a instabilidade e ate desemprego muitos deles. -----

O direito a água e ao saneamento é um direito humano fundamental e só é garantido com a manutenção da água no domínio público e nunca encadeada com lógicas empresariais que dão prioridade ao negócio deste bem essencial e fundamental à Vida. -----

Por todas estas razões, esta opção merece o nosso voto contra. "-----

José Falcão: -----

"O BE tinha uma proposta concreta na reunião de dia 29 janeiro, foi um requerimento, que impediu que essa discussão sobre aquela proposta fosse feita, é por isso que eu votei contra, porque essa proposta já foi lida aqui, e muitos de vós têm em vossa posse esse documento. -----

Nós entendemos que este problema, primeiro é de uma incompetência da gestão do SMAS, conforme já foi dito varias vezes, e até pelos dirigentes sindicais; segundo não se querem entender, (pelo que eu sei houve má vontade, depois pode ser que me respondam), chegou a ver reuniões marcadas com o Sr Secretário de Estado, que foi demitido Paulo Júlio, que nunca conseguiu reunir com a Srª Presidente da Câmara, porque havia falta de agenda. Não houve vontade para resolver esta questão até ao fim, porque a estas pessoas a desumanidade é grave, fazendo este processo, o que acontece é que são centenas de trabalhadores e suas famílias que vão para rua, porque de facto não foram defendidas neste processo, pela administração da camara municipal de Odivelas. -----

Os trabalhadores e as trabalhadoras estão em risco de vida, mais do que dinheiro que vamos todos pagar, não dinheiro que pague vidas das pessoas que vão ser colocadas em causa." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelas bancadas do **PS** e **PSD**, foi apresentado um **requerimento**, no sentido de as restantes declarações de voto serem apresentadas por escrito, tendo o Senhor Presidente da Assembleia, colocado à votação a admissão para discussão o referido requerimento, tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas da CDU, BE, PS, PSD, CDS/PP e Independente e com a abstenção do MPT -----

Retomada a discussão, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal para prestarem **declarações de voto**, que serão transcritas em ata:-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**-----

"Há uma limitação de tempo das intervenções na Assembleia Municipal e portanto não há possibilidade de explicar, para quem não sabe, todo o historial deste processo que começou, no momento em que se fez a separação dos dois concelhos, no final de 1998. Não é a primeira vez que digo nesta Assembleia que, foi incompreensível que a separação dos Serviços Municipalizados não se tivesse efetuado com a criação do Concelho de Odivelas. Foi uma decisão errada, melhor, uma não decisão errada. É um processo complexo, que no poderia ter sido feito exatamente ao mesmo tempo, mas desde que a Comissão Instaladora tomou posse, o normal seria que se tivesse iniciado a construção de instalações que albergassem os serviços municipalizados, que se tivesse feito a partilha e que se tivessem transferido os trabalhadores necessários e o equipamento. Mas nada disto foi feito e não sabemos exatamente porquê. E evidente que temos uma ideia mas certezas, não temos. Como sabem o processo de separação de Loures foi um processo complexo, feito contra a maioria dos decisores políticos na altura. Foi formada uma comissão para analisar a processo de partilha e essa mesma comissão decidiu que Odivelas teria de pagar a Loures uma indemnização que teria a ver com empréstimos controlados por Loures que tenham sido também utilizados no território que hoje compõe o concelho de Odivelas. Mas a certeza que havia em Odivelas, e para aqueles que sempre quiseram a separação de Loures, é que, apesar de algum investimento o mesmo no correspondia áquilo que a população que vivia em Odivelas pagava de impostos. Ao longo dos anos que tenho estado nesta Assembleia Municipal tenho feito uma pergunta simples. Porquê é que Odivelas teve de pagar indemnização a Loures devido a criação do município?"



Assembleia Municipal de Odivelas

Indeminização de 27 milhões de euros. Porque é que não fizemos corno TROFA, concelho que foi criado no mesmo dia que foi criado o concelho de Odivelas e que decidiu não pagar qualquer indemnização? Há 2/3 anos o tribunal deu razão a TROFA num processo intentado pelo município de origem. A decisão da criação do município de Odivelas foi uma decisão da Assembleia da República, não foi urna decisão dos habitantes de Odivelas, apesar de haver essa vontade. Portanto o concelho de Odivelas nasceu com uma dívida de 27 milhões de euros. O desejo de separação de Loures teve a ver, com a noção que correspondendo esta área que é agora o município de Odivelas, a cerca de 40% da área do município de Loures, o investimento no nosso território, estava muito, muito longe dessa percentagem. Na perspetiva de Loures pode eventualmente estar correto, ate porque a visão é global e não pode estar centrada unicamente em critérios geográficos e de população. Na perspetiva do município de Odivelas é diferente, e isso é normal, ate porque a certeza que havia antes da criação do concelho de que o investimento não correspondia aquilo que se pagava, transformou-se ao longo dos anos em certezas no que respeita ao investimento dos serviços municipalizados. Mais concretamente e em relação aos serviços municipalizados a situação é a seguinte. Odivelas sempre achou que para haver partilhas teria forçosamente de haver uma avaliação de todos os ativos envolvidos, e penso que está correto. Tena também de ter conhecimento de toda a dimensão dos serviços municipalizados, mas Loures nunca facilitou esse conhecimento. Loures acha, em primeiro lugar que Os equipamentos estão no seu município e não pertencem diretamente aos serviços municipalizados, pertencem a câmara e portanto não podem ser avaliados, mas, quer que o passivo que tem vindo a acumular-se ao longo destes anos seja considerado e partilhado por Odivelas. Mas Odivelas não teve nem tem nada a ver com a gestão corrente dos serviços municipalizados, não decidiu sobre os empréstimos que foram pedidos, não decide sobre os investimentos que são efetuados no seu território e não decide sobre as tarifas que são praticadas. Isto é a história que todos conhecemos e que, cada qual analisa a sua maneira. Não é suposto se discutir tanto sobre serviços municipalizados. Os serviços são prestados. As pessoas abrem uma torneira em casa e a água jorra. O lixo é recolhido. O saneamento básico funciona. Mas em Odivelas falamos muito sobre os serviços municipalizados. Porquê? - Porque regularmente há roturas na rede e consequente falta de água. - Porque são as obras na via pública devido a essas roturas que demoram a ser concluídas. - Porque algumas vezes, muitas vezes, o lixo acumula-se em volta dos contentores que estão cheios. - Porque os monos não são recolhidos nos prazos que estão estipulados. E isto são queixas comuns a todas as freguesias, Os senhores presidentes de junta conhecem bem a situação. Estes problemas são culpa dos trabalhadores dos serviços municipalizados? Sabemos que não. Pelas informações que temos e pela reunião que tivemos com o STAL Temos a noção de que a culpa é de quem gere os serviços. Mas os munícipes de Odivelas pagam, e se não pagam, é cortada a água. No que diz respeito ao mau serviço que é prestado estarmos conversados ate porque essas críticas são comuns a todos os partidos. Todos, incluindo a CDU que menciona isso mesmo na sua declaração de voto. É



Assembleia Municipal de Odivelas

evidente que é um processo complexo que tem vindo a agudizar-se com o passar dos anos. Aconteceu que nada foi feito para inverter a situação inicial, apesar de, aparentemente se poder pensar que seria uma situação que poderia ser facilmente ultrapassada até pelos partidos envolvidos. Mas não foi. A hostilidade quase sempre manifestada pelos responsáveis da câmara de Loures não ajudou para a resolução deste problema. Quantas reuniões foram feitas durante o mandato anterior no sentido de um entendimento? Quantas vezes disseram — Se quiserem separar-se, estão a vontade, avancem! Mas não só no executivo, também no próprio órgão, o conselho de administração dos SMAS deliberou informar a ERSAR da sua decisão, de que, pretendiam a partilha com Odivelas. Para terminar não posso deixar de concordar que, esta poderá ser uma maneira simples de colocar as questões mas não temos tempo para uma explicação mais detalhada. No meio disto tudo há de facto um problema grave que subsiste, que são os trabalhadores, problema que não tem uma solução fácil. Os trabalhadores são pessoas. Quando se lida com pessoas não há explicações e soluções fáceis para aquilo que são Os seus anseios e as suas expectativas. Esperamos que ao longo dos meses que se vão seguir possa haver uma solução aceitável para todas as partes envolvidas, e pensamos que isso poderá ser possível. Hoje a decisão que vamos tomar nesta Assembleia Municipal é no sentido de: - Resolução de um problema que se arrasta há muitos anos; - Autonomização e controlo sobre o nosso território; - Satisfação dos munícipes que merecem e têm o direito a ter um serviço que corresponda àquilo que pagam, e não é pouco. Por isso o nosso voto favorável.” -----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS-----

PCT: Momento político: (1) fim de mandato; (2) eleições; (3) alterações legislativas -----

Tarifário demasiado baixo: problemas de sustentabilidade financeira, veja-se o problema das águas residuais.-----

QUESTOES: -----

1. Concessão: aumento preços consumidor. Previsto para Odivelas? o que se passou nos últimos anos? O que se passa noutros casos? -----
2. Outros casos de concessão: Como correm? Outros preços. CDU fala de exemplos estrangeiros -----
3. Relatório ERSAR : fora de prazo - não se pronunciou sobre conteúdos -----
4. Trabalhadores: Rácios recomendados são cerca de 1 trabalhador por 1000 habitantes; 40% dos trabalhadores são 457 trabalhadores para 140.000 habitantes. .6.2. Quadro pessoal técnico -----
5. Transferências SMAS — CML — CMO: Município Odivelas — Loures; Consumidores Odivelas — Loures; SMAS — CMOdivelas; CML transfere para CMQ verba (-37%), que paga SIMTEJO; Concessionário transfere para SIMTEJO e paga a CMO 1,x milhões ano. Qual a vantagem? Vereadores independentes: se tarifário vai aumentar, mais receitas. Para que concessionar?-----



Assembleia Municipal de Odivelas

6. Cláusulas Salvaguarda?-----

7. Saída de Odivelas implica menos 25 milhões de euros anuais na faturação dos SMAS. Mas que empresa é que tem um cliente que representa 40% da faturação e trata como Odivelas foi sendo tratada? 50 Viaturas paradas.... e muito poucos a funcionar. Não há nenhuma empresa que seja sustentável nestas condições. Sabemos como é a execução orçamental dos SMAS. Basta ver os relatórios e contas.--

8.ARGUMENTOS ADVERSARIOS:-----

- Questão do PS Odivelas vs PS Loures, que esteve no governo, etc. Todos do PS e todos a defender os interesses dos respetivos municípios e não quaisquer outros interesses. Desde os tempos da partilha: o acordo de partilha entre Loures e Odivelas deixou de fora os SMAS, para data posterior. Capítulo VI previa a possibilidade de separação Taxas de urbanização. Parte das taxas eram entregues aos SMAS. Subsidição aos SMAS. Mas isso é política da Câmara de Loures. As taxas são pagas em Odivelas, as infraestruturas estão lá. Odivelas não tem, nunca teve esse modelo... Infraestruturas: não são de Loures, são do território onde estão. Loures recebeu as taxas de urbanização enquanto teve de receber. A partir do momento em que há dois municípios, um não tem de subsidiar o outro. Se houver dúvidas jurídicas, as entidades vão pronunciar-se. Trabalhadores: trabalhadores de uma entidade que tem prestado serviços ao concelho de Odivelas. Autonomia Odivelas: fixar tarifas, Será a Assembleia Municipal de Odivelas a fixar, nunca fomos ouvidos. Os SMAS aumentaram entre o ano x e y as tarifas em z%, A justificação era que o serviço era deficitário e a qualidade insuficiente, Mas o que melhorou? O que melhorou? São necessários 30 milhões euros de investimento nos próximos anos. Em larga medida porque nos últimos anos não foi feito o investimento que era necessário. Não fizeram durante anos. Os SMAS estão em condições de o fazer? Estarão? Não pode ser. Não pode continuar.”-----

Fátima Amaral, pela bancada da CDU -----

“Já em Novembro de 2011 manifestámos de forma inequívoca a nossa discordância e protesto pela decisão da maioria PS/PSD nesta câmara. Maioria PS/PSD que aprovou entregar a privados por 30 anos, o abastecimento de água e saneamento e Os resíduos sólidos no território de Odivelas. Maioria PS/PSD que aprovou hoje aqui a proposta de lançamento de um concurso para esse efeito. Para nós CDU confirma-se que esta é uma má opção, uma opção eleitoralista, leviana, irresponsável e que vai lesar os interesses dos odivelenses, e os obrigará a pagar ainda mais caro um bem essencial como a água, que é público e público deverá continuar. E indiscutível que os serviços prestados pelos SMAS de Loures estão hoje muito distantes dos patamares de qualidade de há 14 anos e, ao que sabemos, também no território de Loures, quer seja no fornecimento de água, saneamento ou recolha de resíduos sólidos, tem vindo a degradar-se por responsabilidade de uma gestão inteiramente do Partido Socialista e que esta é uma



Assembleia Municipal de Odivelas

3

situação que não pode continuar. É verdade que ao longo de 14 anos a gestão do PS descapitalizou Os SMAS e ambos os municípios decidiram não transferir para os SMAS as verbas que são devidas da Derrama e dos licenciamentos urbanísticos. O PS na gestão dos SMAS não efetuou os investimentos necessários, deixou degradar a níveis intoleráveis serviços que durante anos foram prestados à população com qualidade e eficiência impar e que, muito justamente foram referenciados a nível nacional e até premiados como um bom exemplo de gestão nesta área. Usando como fundamento, ou pretexto, a incapacidade de chegar a uma solução consensual, a um acordo entre o PS dos dois concelhos, quanto a partilha ou a qualquer modelo de gestão conjunto, preparou-se o cenário para atingir o objetivo comum de desmantelamento dos Serviços Municipalizados e entregar a entidades privadas e lucrativas a gestão e distribuição da água, em ambos os concelhos. Uma encenação espantosa e enganosa difícil de desmontar que propaga um desentendimento no qual PS não se entende com o PS mas em que se caminha para o mesmo resultado final: a destruição dos SMAS, a destruição do serviço público. Surpreendentemente, ou talvez não, Susana Amador que tanto reivindicava o direito de Odivelas participar na gestão dos SMAS, na definição dos preços da água, do saneamento e dos resíduos, abdica afinal disso tudo e entrega a privados essa mesma definição e esses mesmos serviços, comprovando a sua incompetência, a incompetência do município de Odivelas em assumir a gestão municipal da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Alias Susana Amador e a Câmara de Odivelas limitam-se a ser, de facto, um escritório de gestão de concessões e de parcerias público privadas. A CDU sempre defendeu e continua a defender a manutenção destes serviços na esfera pública porque essa é a solução que melhor serve as populações e o interesse público até porque a água é um recurso escasso, essencial a vida e que merece uma atenção muito especial e não deve ser tratado como uma mercadoria, sujeita a lógica empresarial e a ser alienada como um outro qualquer bem. A privatização da água acarreta problemas sociais e ambientais graves e a gestão pública deste setor implica uma preocupação social que as empresas não têm. Os exemplos existentes comprovam a justeza da nossa posição. O negócio da água, assumido pelos privados, tem significado sempre, para Os consumidores, aumentos exorbitantes, sem correspondência na qualidade dos serviços ou nos investimentos necessários. O mesmo se vai passar em Odivelas. No relatório técnico que sustenta esta deliberação avança-se já com previsão de aumentos praticamente em todos os escalões. Por exemplo no 2º escalão, para um consumo de 15 m³ o aumento é de 9,4%, no 3º escalão, para um consumo de 20 m³ o aumento é de 22% e para um consumo de 30 m³ sobe 21%. Sabendo que é no 2º e 3º escalão que se enquadra a esmagadora maioria dos consumidores domésticos e fácil perceber o impacto negativo e imediato nos orçamentos familiares, que nem a ligeira diminuição nos consumos até 5 m³ consegue iludir. A CDU continua a acreditar que, bem geridos, os SMAS são economicamente viáveis, tem condições para prestar um serviço de grande qualidade as populações dos dois concelhos, como se comprovou no passado recente e que a melhor solução passa por uma gestão conjunta, que potencie os recursos existentes e as economias de escala,



Assembleia Municipal de Odivelas

onde Odivelas tenha assento de pleno direito. O exemplo de Oeiras/Amadora com este modelo há mais de 30 anos, são disso um bom exemplo. Admitindo a excecionalidade dos SMAS impõem-se meios e instrumentos excecionais. Assim haja vontade política. Mas vontade política foi coisa que nunca o PS teve neste processo, que tem revelado irresponsabilidade e desprezo pelos interesses das populações. Susana Amador é uma dirigente do secretariado nacional do PS e com esta decisão coloca o PS na situação indesmentível de privatizar serviços públicos locais de importância estratégica: água, saneamento e resíduos sólidos. A importância e gravidade da situação exigiam um maior envolvimento desta Assembleia em todo o processo, em termos que permitissem o correto acompanhamento deste assunto. Mas assim não aconteceu, porque a Presidente da Câmara e o PS não quiseram e hoje percebe-se porquê. Mais uma vez fomos confrontados, com o agendamento de uma reunião extraordinária para decidir uma proposta com esta importância, complexidade e gravidade, com documentos entregues em cima da hora e com alguns atropelos e a poucos meses do final de um mandato autárquico. Não conseguimos perceber a urgência nem nos parece ser este o momento adequado para tomar esta decisão. Este e também, alias, o entendimento expresso pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) que em ofício de 11 do mês corrente afirma que enquanto a partilha com o município de Loures, relativamente aos SMAS, não estiver resolvida "...se afigura prematura a realização do procedimento concursal tendente a concessão dos serviços de águas no concelho de Odivelas." A partilha não está feita nem se conhecem desenvolvimentos. A que se junta o facto de, com grande probabilidade, o concurso só ser concluído no próximo mandato. As motivações que levarão o PS a escolher este timing ficam por esclarecer. Sempre estivemos disponíveis e empenhados em contribuir para que fosse encontrada uma solução conjunta que servisse as populações de Odivelas e também as de Loures, sem esquecer os trabalhadores e que acautelasse a sua situação. Nós CDU defendemos uma gestão partilhada dos SMAS, defendemos serviços intermunicipais, previstos e enquadrados pelo n.º 5 do Artigo 8.º da Lei 50/2012 e que diz: dois ou mais municípios podem criar ainda serviços intermunicipalizados, aplicando-se aos mesmos o disposto no presente capítulo. Veja-se o exemplo de Oeiras e Amadora! Mas sejamos claros o que a maioria PS/PSD sempre teve em mente de forma irresponsável e obstinada foi, e é, a todo o custo romper com o modelo público e privatizar a água, o saneamento e os resíduos sólidos. Por outro lado, e num momento marcado por fortíssimo desemprego, precariedade e fragilidade social e num quadro de grande ofensiva contra os funcionários públicos, a situação futura dos trabalhadores dos SMAS merece da nossa parte, uma grande preocupação. Decisões com esta dimensão e gravidade estão a ser tomadas de forma leviana, irresponsável e incompetente sem assegurarem a estabilidade dos postos de trabalho e Os direitos dos 1050 trabalhadores dos SMAS. Com a opção tomada o PS e o PSD, num só golpe, fazem da água um negócio gerador de lucros para alguns, um bem ainda mais caro para os consumidores e empurram para a instabilidade e para o desemprego centenas de trabalhadores dos SMAS. Para afetar a concessão, avança-se com uma previsão de



Assembleia Municipal de Odivelas

necessidade de 110 trabalhadores mas, nos termos do caderno de encargos aprovado, na cláusula 16, essa decisão será do privado que decidirá se aceita ou não integrar nos seus quadros de pessoal os trabalhadores hoje afetos aos SMAS. Esta é mais urna manifestação de leviandade, irresponsabilidade e incompetência do PS e da Presidente da Câmara de Odivelas Susana Amador. Os trabalhadores não são números. Os trabalhadores têm rosto, têm nome, têm direitos! Esta decisão aqui tomada 01 proposta da Presidente da Câmara suportada pelo PS e pelo PSD vai o encontro dos objetivos políticos do governo, favorece o enriquecimento dos grupos económicos e empobrece Os portugueses e neste caso é mesmo 0 que vai acontecer aos odivelenses pois privatização implica aumentos na água, no saneamento e nos resíduos sólidos. Por tudo o que rica dito justifica-se a nosso voto contra e o compromisso de tudo fazermos para denunciar este negócio que prejudicará as populações deste concelho e os trabalhadores dos SMAS. Na defesa do serviço público de água, saneamento e resíduos sólidos Lutaremos!" -----

Lúcia Lemos, em nome individual, como Independente-----

"A água e os serviços de água são património comum. Não pode ser alienado nem concessionado. A água é um bem de todos vêm desde o princípio da humanidade, a disputa pela água, disputa pelas ribeiras, a drenagens pelos rios e ribeiras, para alimentar as searas, os povos, os animais, todos os seres vivos que estão na terra. Mas quando se consideram que os bens públicos são áreas de negócio, que a saúde, a educação, a justiça, veja-se que o sistema informático dos tribunais está neste momento a ser entregue à privatização, porque não considerar também a agua, algo que é muito bom para negócio.-----

A pretexto de que os serviços não funcionam, a pretexto de que os SMAS não cumprem, a pretexto de uma guerra pessoal em Odivelas, está a fazer-se o que nunca se deveria ter feito, entregar-se a água, um bem património comum, um bem da humanidade, à área de negócios. -----

O PS, para muitos portugueses, era o ultima reduto de quem não se revê na esquerda comunista, de quem não se revê na esquerda do BE, de quem não se revê direita do CDS/PP e do PSD. -----

Para muitas pessoas o PS era aquela resposta de quem não quer a esquerda nem quer a direita, pois veja Portugal, que o PS onde é poder, privatiza a água e onde não é ataca as concessões, para quê? Para puder ganhar as eleições, e depois chegar lá e concessionar. -----

Em Portugal, vários são os exemplos começando no norte indo até ao Alentejo, de camaras onde o PS privatizou a água, e em menos de 8 ou 10 anos depois, quis ter reverter o processo. -----

Ora se o PS em Odivelas, e por isto votei contra, com certeza que fala com os outros PS dos outros concelhos, conhece a historia, porque insiste em privatizar em Odivelas? Para daqui a 7,8 ou 10 anos, estar a tentar rever o contrato, e ter que indemnizar a concessionária. É para isto que camara municipal



Assembleia Municipal de Odivelas

de Odivelas, quer privatizar? Pois, certamente, se é para isso não terá outro destino, e qual será o destino da privatização em Odivelas, ao foi em Barcelos, ao que vai ser em Leiria, e ao que foi em Évora. -----

Porque insiste o PS em Odivelas, em privatizar? -----

Atras da privatização da água estão grandes interesses da companhia de Aguas de França, da Mota Engil e até da empresa onde Passos Coelho trabalhou. Atras da privatização das águas estão grandes empresas, pagam os contribuintes de Odivelas. E eu votei contra por não concordar."-----

PONTO 3 – DENÚNCIA DO ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXISTENTE COM O SMAS DO MUNICÍPIO DE LOURES, INCLUINDO O RELATIVO A GESTÃO E RECOLHA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS -----

Presente para deliberação, a DENÚNCIA DO ACORDO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXISTENTE COM O SMAS DO MUNICÍPIO DE LOURES, INCLUINDO O RELATIVO A GESTÃO E RECOLHA DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, de acordo com a informação nº interno/2013/801 de 2013.01.21, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 1ª reunião extraordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, de 24.01.2013, que será transcrita em ata. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

Pelas bancadas do PS e do PSD foi apresentado um **requerimento** no sentido de passar-se de imediato à votação do ponto.-----

Registou-se a **saída** dos membros das bancadas da CDU e do BE.-----

O **requerimento** acima mencionado foi, **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, PSD, Independente, CDS/PP, e abstenção da bancada do MPT.-----

O Senhor Presidente, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor do PS, PSD e Independente, contra da CDS/PP e MPT, e com abstenções dos membros Vítor Pinheiro, Paula Tavares e Anabela Bandeira.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pela bancada do **CDS/PP**, **Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, **Duarte Barracas**, pela bancada do **MPT**, **Miguel Cabrita**, pela bancada do **PS** e **Anabela Bandeira** e em nome individual.-----

Miguel Xara Brasil: -----

"O CDS/PP Votou contra esta proposta – Denuncia do acordo com os SMAS para o abastecimento de água, porque: -----

- 1- Porque este processo tem exatamente os mesmos erros que têm sido cometidos ao longo deste mandato. Como foram o caso do Pavilhão Multiusos e dos Terrenos do Odivelas, em que o interesse público não é tratado com o rigor necessário e depois advém consequências irreparáveis, com custos inportáveis que hipotecam o futuro do Concelho. -----
 - 2- Porque tal como os outros assuntos, tudo é feito de forma trapalhona, atabalhoada, em cima do joelho e à pressa.-----
 - 3- Porque se já estava convencido que todo este processo está inquinado por causa das relações entre o Presidente da C. M. Loures e a Dr.^a Susana Amador, ao ver tantas pessoas e tantas entidades a pensar da mesma forma, mais convicto estou disso mesmo. Não posso aceitar, que por causa desse desentendimento, que mais não é que o reflexo da incompetência da Presidente desta Câmara, se possa prejudicar desta forma a vida a tantos funcionários, a tantas famílias, a tantas pessoas.-----
 - 4- Porque para além de causar todos este problema humano, ao ser aprovada esta denúncia, estamos como à frente vou demonstrar, a causar um péssimo serviço aos munícipes e um enorme prejuízo a ambos os concelhos.-----
 - 5- Porque não faz sentido algum, ao fim deste tempo (mais de 3 anos), em final de mandato, este executivo, estar a tomar uma decisão desta importância, a qual vai condicionar o próximo mandato, no qual um destes intervenientes já não estará presente e o outro, a Dr.^a Susana Amador, a continuar assim, também dificilmente estará nessa cadeira -----
 - 6- A ERSAR, entidade reguladora, diz que nada deve ser feito antes das partilhas estar efetuadas e a CMO ignora e faz precisamente o contrário.-----
 - 7- Diz a ERSAR e dizemos nós, pois se as partilhas são por si só são um processo complicado quando feitas com o mínimo de boa vontade, como serão, caso haja uma denúncia unilateral? -----
 - Partilhar açúcar; Farinha ou Leite – é fácil; -----
 - Partilhar umas calças ou um casaco - é mais difícil; -----
 - Uma nota de 100,00 pode ser fácil ou difícil, depende da opção: trocar ou cortá-la ao meio. -----
- Neste momento ninguém sabe, nem ninguém respondeu, como se irá partilhar: -----
- Pessoas (este é meu, este é teu?) -----



Assembleia Municipal de Odivelas

- Carros e Equipamentos? -----
- Edifícios e canalizações? -----
- Laboratórios? -----
- Know-how – (Competência, Experiência, Conhecimento)? -----

Neste momento ninguém sabe, nem ninguém respondeu, como se irá partilhar como se partilha isto tudo, todo este valor em litígio? -----

Neste momento ninguém sabe, nem ninguém respondeu, quais serão as consequências de fazer esta partilha em litígio. -----

Porque esta denúncia foi feita à pressa, sem nexos, de forma atabalhoada e trapalhona, sem que se tivessem esgotadas todas as outras possibilidades de resolver esta questão de outra forma, a qual possibilitasse uma solução mais positiva para os município, para o concelho e para os trabalhadores.”-----

Luís Salmonete: -----

“Os Serviços prestados pelos SMAS de Loures no território do Concelho de Odivelas, no fornecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, têm vindo a degradar-se de forma absolutamente intolerável. -----

As constantes faltas de água, as ruturas nas condutas, a deficiente recolha dos resíduos sólidos urbanos, com lixo acumulado dias e dias na via pública, são uma realidade com que a população se confronta há demasiado tempo, e que se agrava ano após ano e gerando um crescente descontentamento e exigindo dos autarcas eleitos uma tomada de posição. -----

Os consumidores de Odivelas pagam esses serviços e a Câmara de Loures mesmo prestando uma mau serviço, tem aumentado de forma escandalosa os preços, sem que para isso consulte o Município de Odivelas. -----

A ausência de investimento na manutenção e reforço das redes, a descapitalização dos SMAS e a degradação dos serviços a níveis intoleráveis, são os motivos que levam o PSD a votar favoravelmente a presente proposta, conscientes de que é a única via para salvaguardar os interesses de todos os habitantes do Concelho de Odivelas, falhadas que foram todas as tentativas de diálogo com o município de Loures. -----

Entende o PSD que deverá dar todas as condições ao executivo municipal para a cabal resolução deste problema que é um problema que afeta diretamente a população do Concelho de Odivelas e por isso votamos favoravelmente.” -----

Duarte Barracas: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Tendo em consideração o abaixo referido, nomeadamente;-----

1 – O parecer da entidade reguladora ERSAR, datado de 11 de Janeiro de 2013, que num Estado de Direito é a entidade MEDIADORA e REGULADORA em todo o território nacional da vital atividade económica no sector da água e resíduos, o qual expressamente refere;-----

"que, enquanto a partilha de responsabilidades pelos serviços de águas e resíduos do CONCELHO DE ODIVELAS não estiver resolvida, se afigura prematura a realização do procedimento concursal tendente à concessão destes serviços no CONCELHO DE ODIVELAS" -----

Tendo em consideração; -----

2 – O impacto que uma alteração empresarial deste teor teria no tecido social de ODIVELAS e LOURES, áreas de residência das famílias de elevado número de colaboradores dos SMAS, numa situação atual grave recessão económica; -----

Tendo em consideração; -----

3 – Que alterações súbitas em regime litigioso do atual sistema de recolha de RSU e de fornecimento de água em ODIVELAS, quem mais sofrerá serão os moradores, vítimas inocentes de falta de decisão municipal de 14 anos, com forte impacto no ambiente, na salubridade pública e na saúde dos mais desfavorecidos, com elevada repercussão na vida diária de toda a comunidade; -----

Tendo em consideração; -----

4 – Que na situação atual, como o povo bem diz, mesmo um mau acordo entre as partes litigiosas é sobremaneira melhor, e a forma mais económica de evitar gastos de dinheiro dos contribuintes, do que, fazer boas demandas em tribunais; -----

Por estas, e muito mais razões que evito mencionar, a nosso voto é CONTRA!"-----

Miguel Cabrita: -----

"O PS vota favoravelmente este ponto pelas razões já aqui aduzidas em sede de discussão do mesmo.----

Vota, acima de tudo, em nome do interesse dos munícipes. -----

Interesse que a Câmara Municipal de Odivelas tentou acautelar durante anos insistindo junto da sua congénere de Loures para que fosse possível chegar a um acordo e a uma solução intermunicipal. Solução essa que nunca foi viabilizada por quem tinha a responsabilidade maior, primeira e infelizmente exclusiva pela condução dos SMAS, pela sua gestão, pela qualidade dos serviços prestados e naturalmente pelo seu quadro de trabalhadores.-----

Interesse que a CMO tentou acautelar, não agora mas há mais de um ano atrás, quando entendeu que a situação que se arrastou durante anos e que foi piorando sempre, sem perspectivas de resolução, se tinha tornado insustentável. Como aliás foi sendo reconhecido nesta Assembleia Municipal em sucessivas intervenções de deputados municipais; dos presidentes de Junta de Freguesia de diferentes partidos; e,



Assembleia Municipal de Odivelas

também, em tomadas de posição formais votadas também pelos diferentes partidos, em moções e recomendações aqui aprovadas. -----

Porque de facto é de uma situação insustentável de que falamos. Insustentável pela intolerável degradação da qualidade do serviço, que foi sempre piorando. Insustentável pelo intolerável desequilíbrio entre os aumentos tarifários unilaterais que se têm verificado e a total ausência de investimento estrutural ou, sequer, de melhorias na capacidade de resposta de curto prazo. Insustentável pela intolerável dependência face às decisões, políticas e estratégias de outro município. Que, além de representarem uma constante ingerência na autonomia de Odivelas, configuram um quadro que não está conforme à lei.

Trata-se por isso de acautelar os interesses do município de Odivelas e, acima de tudo, o interesse dos nossos munícipes, que tem de ser a preocupação primeira dos eleitos desta Assembleia. -----

Ora, o interesse dos munícipes não era, não é, nem poderia ser acautelado por um prestador de serviços que permaneceu externo a Odivelas e que é cada vez mais incapaz de assegurar um serviço condigno. Cada vez mais incapaz de dar resposta às falhas e ruturas sucessivas. Cada vez mais incapaz de fazer os investimentos estruturais que há anos se impõem na rede de abastecimento de águas. Um prestador de serviço externo a que a Câmara Municipal de Odivelas foi impedida de se associar, por razões que só a outros competirá explicar. -----

A bancada do PS vota, assim, este ponto por considerar que a presente solução foi adotada, há mais de um ano, apenas depois de manifestamente esgotadas as possibilidades de solução por via intermunicipal. Solução intermunicipal que foi a desejada, mas que durante mais de uma década esbarrou na falta de entendimento, na falta de abertura, na falta de vontade política de outros. -----

A bancada do PS vota este ponto sublinhando a importância de não ser esquecida a situação dos trabalhadores. Que não pode ser nem minorizada, nem desprezada nem instrumentalizada por ninguém. Os trabalhadores não foram os responsáveis pela situação a que se chegou. No passado, manifestamente, nos SMAS nunca o entendimento com Odivelas nem as preocupações dos trabalhadores foram a prioridade. Talvez por muitos acreditarem que a situação nunca chegaria ao ponto a que chegou. Mas é hoje claro que esse alheamento, essa falta de visão, e também de responsabilidade e nalguns momentos até de respeito institucional, ditou uma rutura que pelo menos Odivelas não desejou. Fazemos, por isso, um apelo para que todos os que têm responsabilidades de vários tipos nos SMAS possam agora assumi-las em pleno e assegurar um quadro de menor incerteza para todos os envolvidos e em particular para os trabalhadores. Com responsabilidade, com diálogo, com serenidade, e envolvendo devidamente os parceiros sociais." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Anabela Bandeira: -----

"Ainda que compreendendo o alcance e/ou mérito do ponto 3 da Ordem de trabalhos, na verdade existiram aspetos que condicionaram a minha reflexão e decisão sobre o assunto, nomeadamente: 1 – Não ter conhecimento do acordo da prestação de serviços, objeto da votação; 2 – Não ter havido esclarecimentos prévios por parte da senhora Presidente de Câmara relativamente ao ponto, ainda que entenda a motivação. Ora, não se encontraram reunidas as condições necessárias para votar favoravelmente ou desfavoravelmente o ponto, motivo e razão pela qual o meu sentido de voto foi de abstenção."-----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou encerrada a Sessão pelas 00h10m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----